



RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES

Aos Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Diretoria da Kyoei do Brasil Companhia de Seguros vem submeter à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, bem como o parecer dos Auditores Independentes e do Atuarial. Colocamo-nos à inteira disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Neste exercício, a Kyoei do Brasil Companhia de Seguros concentrou os seus esforços na manutenção da carteira de seguros de vida, preservando-se, assim, uma boa assistência e atendimento aos nossos Segurados, bem como a rapidez na liquidação de sinistros, cumprindo-se plenamente as obrigações e os compromissos contratuais junto aos Segurados diante da fase de transição (manutenção do portfólio das Apólices), em que se encontra a Empresa.

A Kyoei do Brasil Companhia de Seguros agradece aos seus Segurados, razão de sua Missão e cuidado, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, à Confederação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização - CNSeg e à Federação Nacional de Previdência Privada e Vida - FenaPrevi por todo o apoio recebido. Também agradece aos Funcionários da Seguradora e Prestadores de Serviços, como reconhecimento pela dedicação e esforço, fundamentais para o sucesso contínuo da Companhia. Rio de Janeiro 20 de fevereiro de 2017.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2016	2015
<b>Circulante</b>		<b>359</b>	<b>13.354</b>	<b>Circulante</b>		<b>472</b>	<b>967</b>
Disponível				Contas a pagar		267	397
Caixa e bancos	5	120	217	Obrigações a pagar	11	194	162
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>6</b>	<b>60</b>	<b>12.719</b>	Impostos e encargos sociais a recolher		43	33
Títulos de renda fixa		60	12.719	Encargos trabalhistas		23	20
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>1</b>	<b>1</b>	Impostos e contribuições	12	7	182
Prêmios a receber	7	1	1	<b>Débitos das operações com seguros e resseguros</b>		<b>6</b>	<b>6</b>
<b>Ativos de resseguro e retrocessão</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	Outros débitos operacionais		6	6
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>9</b>	<b>166</b>	<b>415</b>	<b>Provisões técnicas - seguros</b>	<b>13</b>	<b>198</b>	<b>564</b>
Créditos tributários e previdenciários		140	415	Danos		-	199
Outros créditos		26	-	Vida individual		192	294
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	Vida com cobertura por sobrevivência		6	71
Ativo não circulante		26.011	11.502	<b>Não circulante</b>		<b>10.858</b>	<b>9.423</b>
Realizável a longo prazo		25.984	11.464	<b>Provisões técnicas - seguros</b>	<b>13</b>	<b>10.837</b>	<b>9.405</b>
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>6</b>	<b>25.965</b>	<b>11.456</b>	Pessoas		483	335
Títulos de renda fixa		25.965	11.456	Vida individual		10.354	9.070
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>9</b>	<b>19</b>	<b>8</b>	<b>Outros débitos</b>		<b>15</b>	<b>21</b>
Depósitos judiciais e fiscais		15	8	Provisões judiciais		21	18
Outros créditos operacionais		4	-	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>17</b>	<b>15.041</b>	<b>14.466</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>10</b>	<b>27</b>	<b>38</b>	Capital social		20.967	20.667
Bens móveis		27	38	Aumento de capital em aprovação		-	300
<b>Total do ativo</b>		<b>26.370</b>	<b>24.856</b>	Ajuste de avaliação patrimonial		(564)	(1.338)
				Prejuízos acumulados		(3.066)	(2.867)
				Ações em tesouraria		(2.296)	(2.296)
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>26.370</b>	<b>24.856</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucro/prejuízos acumulados	Ações em tesouraria	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2015</b>		<b>19.567</b>	<b>-</b>	<b>(1.091)</b>	<b>(3.439)</b>	<b>(2.296)</b>	<b>12.741</b>
Aumento de capital aprovado conforme Assembleia Geral Extraordinária de 28 de janeiro de 2015	17(a)	-	1.100	-	-	-	1.100
Aprovação do aumento de capital, conforme portaria SUSEP nº 155 de 17 de abril de 2015	17(a)	1.100	(1.100)	-	-	-	-
Aumento de capital aprovado conforme Assembleia Geral Extraordinária de 22 de dezembro de 2015	17(a)	-	300	-	-	-	300
Ajustes com títulos e valores mobiliários		-	-	(247)	-	-	(247)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	572	-	572
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>20.667</b>	<b>300</b>	<b>(1.338)</b>	<b>(2.867)</b>	<b>(2.296)</b>	<b>14.466</b>
Aprovação do aumento de capital, conforme portaria SUSEP nº 1325 de 11 de março de 2016	17(a)	300	(300)	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	17(c)	-	-	774	-	-	774
Prejuízo do exercício		-	-	-	(199)	-	(199)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>20.967</b>	<b>-</b>	<b>(564)</b>	<b>(3.066)</b>	<b>(2.296)</b>	<b>15.041</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Kyoei do Brasil Companhia de Seguros, denominada "Seguradora" ou "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objetivo social a exploração das operações de seguros de pessoas e de danos, em quaisquer das suas modalidades, como definidos na legislação em vigor, e que opera nos principais centros econômicos do País. A Seguradora atua, preponderantemente, nas operações do ramo vida individual. De acordo com a estratégia operacional adotada a partir de abril de 2005, a Seguradora não comercializa mais novas apólices de seguros nos ramos em que atua, dedicando-se exclusivamente a administrar seu "portfólio" de segurados do ramo vida individual durante a sua vigência. As apólices de seguro de vida em grupo extinguiram-se naturalmente nas respectivas datas aniversárias uma vez que a Seguradora não aceitou as suas renovações. A composição acionária da Kyoei do Brasil Companhia de Seguros é de 89,14% da Prusergru Participações Ltda., empresa do Grupo Prudential, a qual, caso necessário, aportará recursos para manutenção das atividades da Seguradora até o término da vigência dos contratos de seguro descritos anteriormente.

Os membros do Conselho de Administração, em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2017, aprovaram o relatório da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, assim como recomendaram sua aprovação à Assembleia Geral da Companhia a ser realizada em 31 de março de 2017. Os membros do Comitê de Auditoria revisaram as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, inclusive as notas explicativas, os relatórios da administração e o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, tendo emitido opinião sem ressalvas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas têm sido aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Seguradora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pela SUSEP, no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas sejam significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A demonstração dos fluxos de caixa (DFC) foi elaborada pelo método direto e com a apresentação da conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, conforme permitido pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, considerando as características dos ativos financeiros da Seguradora, incluem o dinheiro em caixa, contas bancárias e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais até 3 meses.

2.3 Ativos financeiros

(a) Classificação

A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

**Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**  
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

**Títulos disponíveis para venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda são "não derivativos", que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

**Mantidos até o vencimento**

Os títulos e valores mobiliários, para os quais a administração possui intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento, são contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a existência desses títulos.

**Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos que não são cotados em mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para *impairment* (recuperação) a cada data de balanço.

Os recebíveis da Seguradora compreendem créditos junto à Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro - DPVAT e créditos tributários e previdenciários provenientes de processos transitados em julgado.

(b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente,

reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; no último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

Na data do balanço, a Seguradora não tem em sua carteira de investimentos nenhum ativo com evidência de deterioração.

(c) Impairment de ativos financeiros

**Ativos negociados ao custo amortizado e disponíveis para venda**  
A Seguradora avalia mensalmente se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se houver evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e se aquele evento (ou eventos) de perda tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que possa ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- ativos financeiros com 20% ou mais de perda não realizada durante 6 meses consecutivos;
- ativos financeiros com 50% ou mais de perda não realizada em qualquer período;
- ativos financeiros com consistente perda não realizada por pelo menos 1 ano;
- desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

Adicionalmente, a Seguradora considera que um ativo financeiro está deteriorado, se tal ativo se encontra em algumas das situações descritas acima e a mesma tem a intenção de vender esse ativo ou entende que o mesmo não recuperará seu valor de custo amortizado até a data do vencimento.

A provisão para riscos sobre créditos é constituída sobre os prêmios a receber com período de inadimplência superior a 60 dias da data do vencimento do crédito. No caso de prêmios a receber, essa provisão se aplica aos riscos já decorridos e aos prêmios a receber vencidos e não pagos, cuja vigência já tenha expirado, na eventualidade de que a apólice, por qualquer motivo, não tenha sido cancelada.

Ainda para prêmios a receber, a provisão deve ser constituída levando em consideração a totalidade dos valores a receber de um mesmo devedor. Portanto, a provisão deverá incluir todos os valores devidos pelo mesmo devedor, independentemente de incluir valores a vencer.

A provisão para riscos sobre créditos para ativos de resseguros é constituída para aqueles com período de inadimplência superior a 365 dias da data do vencimento do crédito.

Mediante avaliações, a Seguradora entende que a provisão para riscos sobre créditos em consonância com determinações da SUSEP está adequada e reflete o histórico de perdas internas.

A Seguradora avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado através dos procedimentos descritos acima (vide Nota 6 (e)).

**2.4 Custos de aquisição diferidos**

A apropriação dos custos de aquisição ao resultado, deduzidos dos cancelamentos, restituições e resseguros, são feitos mensalmente quando ocorre o recebimento do prêmio. Como a Seguradora não comercializa mais novas apólices de seguros nos ramos em que atua, não estão ocorrendo apropriações de custos de aquisição.

**2.5 Avaliação de ativos de contratos de resseguro**

A cessão de resseguros é efetuada no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da pulverização de riscos. Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou de recebimento) dos mesmos com os resseguradores. A avaliação é realizada consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos aos resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de cessão de resseguro.

Para ativos de resseguros, a Kyoei opera com uma resseguradora local. Conseqüentemente não há evidências objetivas de *impairment*. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato não exige as obrigações para com os segurados.

**2.6 Contratos de seguro**

Conforme disposto no CPC 11, os contratos emitidos podem ser classificados como contratos de investimento ou contratos de seguro. Um contrato que assume apenas o risco financeiro ou que não transfere risco significativo é classificado como um contrato de investimento e avaliado segundo o CPC 38. Já um contrato que transfere um risco de seguro significativo, e que aceita indenizar o segurado se um evento específico, futuro e incerto afetá-lo adversamente, é classificado como um contrato de seguro e avaliado segundo o CPC 11. Os contratos de resseguro também são classificados como tipos de contrato de seguro, devido a sua natureza de transferência de risco de seguro.

A Seguradora procedeu à análise de seus negócios e determinou que suas operações são caracterizadas como contratos de seguro, na sua totalidade, segundo orientações contidas no CPC 11, assim como os contratos de resseguro mantidos pela Seguradora.

**2.6.1 Avaliação de passivos originados de contratos de seguro**

Segundo o CPC 11, a Seguradora contou com a isenção de utilizar as políticas contábeis anteriores, ou seja, BR GAAP (políticas e práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil e que estão relacionadas adiante) usada para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. Além da utilização dessa isenção, a Seguradora aplicou as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação de contratos de seguro, dentre outras políticas aplicáveis. A Seguradora não aplicou os princípios de *Shadow Accounting* (ou Contabilidade Reflexa), já que não possui contratos cuja avaliação dos passivos, ou benefícios aos segurados, sejam impactados por ganhos ou perdas não realizados de títulos

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2016	2015
<b>Prêmios emitidos líquidos</b>		<b>114</b>	<b>319</b>
Variações das provisões técnicas de prêmios		(349)	114
<b>Prêmios ganhos</b>	<b>18</b>	<b>(235)</b>	<b>433</b>
Sinistros ocorridos	19(a)	(50)	331
Outras receitas e despesas operacionais	19(b)	87	(50)
Resultado com resseguro	19(c)	(36)	(167)
Despesas administrativas	19(d)	(1.659)	(1.883)
Despesas com tributos	19(e)	(357)	(340)
Resultado financeiro	19(f)	2.075	2.438
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>(175)</b>	<b>762</b>
Imposto de renda	16	-	(113)
Contribuição social	16	(15)	(69)
Participações sobre o resultado		(9)	(8)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>(199)</b>	<b>572</b>
Média ponderada do número de ações		221	216
Lucro líquido (prejuízo) por ação - básico e diluído - R\$	17(d)	(900,45)	2.648,15

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2016	2015
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>(199)</b>	<b>572</b>
<b>Outros lucros abrangentes</b>		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	774	(247)
<b>Total dos lucros abrangentes do exercício</b>	<b>575</b>	<b>325</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2016	2015
--	------	------

Atividades operacionais

Recebimentos de prêmios de seguro, contribuições de previdência e taxas de gestão e outras 113 105  
Outros recebimentos operacionais (salvados, ressarcimentos e outros) 92 -  
Pagamentos de sinistros, benefícios, resgates e comissões (124) (123)  
Repasses de prêmios por cessão de riscos (61) (21)  
Pagamentos de despesas e obrigações (2.077) (1.490)  
Constituição de depósitos judiciais (5) -  
**Caixa consumido pelas operações** (2.062) (1.529)  
Impostos e contribuições pagos (59) (984)  
Investimentos financeiros 2.024 1.266  
Aplicações (15.127) (23.984)  
Vendas e resgates 17.151 25.250

**Caixa líquido consumido nas atividades operacionais** (97) (1.247)

Atividades de investimento

Imobilizado - (12)

**Caixa líquido consumido nas atividades de investimento** - (12)

Atividades de financiamento

Aumento de capital - 1.400

**Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento** - 1.400

**Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa** (97) 141

**Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício** 217 76

**Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício** 120 217

**Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa** (97) 141

**Ativos livres no início do exercício** 14.206 12.651

**Ativos livres no final do exercício** 14.990 14.206

**Aumento (redução) nas aplicações financeiras - recursos livres** 784 1.555

**Conciliação entre o lucro líquido (prejuízo) do exercício e o caixa líquido consumido nas atividades operacionais**

**Atividades operacionais**

Lucro líquido (prejuízo) do exercício (199) 572

Ajustes por:

Depreciações e amortizações 11 11

Receita com aplicações financeiras (3.100) (3.377)

**(3.288) (2.794)**

Variações de ativos e passivos

Créditos das operações com seguros e resseguros - 56

Ativos de resseguro - 172

Títulos e créditos a receber 238 (271)

Despesas antecipadas (10) -

Contas a pagar (71) 1.187

Débitos de operações com seguros e resseguros - (16)

Provisões técnicas - seguros 1.066 135

Outros passivos contingentes 3 2

**Caixa consumido pelas operações** (2.062) (1.529)

Impostos e contribuições pagos (59) (984)

Investimentos financeiros

Aplicações (15.127) (23.984)

Vendas e resgates 17.151 25.250

**Caixa líquido consumido nas atividades operacionais** (97) (1.247)

As notas explicativas da administração

são parte integrante das demonstrações financeiras

classificados como disponíveis para a venda segundo o CPC 38 que são registrados em reserva do patrimônio líquido. Adicionalmente, a Seguradora não identificou situações em que tenha utilizado excesso de prudência, conforme definido pelo CPC 11, na avaliação de contratos de seguro segundo seu GAAP anterior, ou BR GAAP. A Seguradora não identificou provisões para catástrofes não permitidas segundo o CPC 11 na data de adoção do mesmo.

Nos principais produtos da Seguradora, foram utilizadas Tábuas Biométricas masculinas e femininas devidamente reconhecidas e aprovadas pela legislação vigente, e que representam a melhor estimativa de mortalidade e de sobrevivência para a massa segurada.

Combinadas a essas Tábuas, foram usadas, conforme legislação vigente, taxas de juros limitadas a 6% ao ano, além de taxas de carregamento, respeitados os limites previstos em lei para os produtos de sobrevivência. Essas taxas são condizentes com as despesas administrativas e de comercialização da empresa.



**2.6.2 Teste de Adequação do Passivo (TAP ou LAT - Liability Adequacy Test)**

O CPC 11 introduziu o conceito de teste de adequação do passivo que consiste na avaliação do passivo da Seguradora, considerando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro com certas provisões técnicas líquidas do ativo referente aos custos capitalizados exclusivamente relacionados com tais contratos. As regras e os procedimentos para a realização deste teste são os estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

Na realização desses testes a Seguradora utilizou premissas correntes para projetar os fluxos de caixa futuros, sinistros e despesas administrativas. As premissas de mortalidade e sobrevivência adotadas são as constantes nas tábuas brasileiras BR-EMS.

Foi utilizada a estrutura a termo de taxa de juros (ETJ) livre de risco definidas pela SUSEP referente ao IGPm e pela ANBIMA referente ao IPCA.

Na realização da projeção de fluxos de caixa, foram usados agrupamentos de contratos, de acordo com o definido pelo Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, correspondendo a 10 grupos. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor presente das estimativas correntes dos fluxos de caixa de todos os tipos de contrato e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

Caso o valor presente dos fluxos de caixa futuros seja superior aos passivos definidos em norma específica, líquidos dos custos diferidos de aquisição e dos ativos intangíveis, é necessário reconhecer a perda imediatamente e constituir provisões adicionais na data do teste. Os riscos originados pelos contratos de seguro mantidos pela Seguradora decorrem de eventos de morte por qualquer causa, morte acidental, invalidez por acidente, invalidez por doença e indenização especial por morte por doença específica. Tais eventos são específicos, futuros e incertos e por estes motivos requerem análises de premissas que precisam ser consideradas na constituição dos passivos da Seguradora.

O resultado do teste de adequação de passivo realizado para a data de 31 de dezembro de 2016 demonstrou a necessidade de ajustar as provisões. Assim, o saldo da PCC em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 3.382 (2015 – R\$ 2.666) (Nota 13).

**2.7 Imobilizado**

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação, pelo método linear, tem como base taxas que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens, descritas na Nota 10 (a).

**2.8 Impairment de ativos não financeiros**

Ativos não financeiros (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do período pela diferença entre o valor contábil e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido pelo CPCs como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos). Para fins de testes de *impairment* de ativos não financeiros os ativos são agrupados no menor nível em que a Seguradora consegue identificar fluxos de caixa individuais gerados dos ativos, definidos como unidades geradoras de caixa (CGUs).

**2.9 Passivos financeiros (demais passivos circulante e não circulante)**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

**2.10 Imposto de renda e contribuição social correntes**

Os referidos tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. Sendo assim, a provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% nos meses em que a Seguradora apurou lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, e a contribuição social sobre o lucro à alíquota de 15% até agosto de 2015 e 20% de setembro de 2015 a dezembro de 2018.

A Seguradora não registra imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa, por considerar que, presentemente, não existe expectativa futura de realização.

As provisões técnicas são dedutíveis quando da sua constituição.

**2.11 Capital social**

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

**2.12 Políticas contábeis de reconhecimento de receita**

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:

- Receitas e despesas operacionais, patrimoniais e administrativas estão registradas pelo regime de competência.
- A apropriação dos prêmios é contabilizada por ocasião da emissão das apólices, estando diferida de acordo com o prazo de vigência das mesmas.
- Os prêmios, comissões e provisões técnicas, decorrentes de operações de retrocessão, estão registrados com base nos relatórios emitidos pelo IRB - Brasil Resseguros S.A.
- A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, por meio do método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa efetiva de juros.

A Seguradora continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício.

**3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

**(a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros**

O componente em que a administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de seguros ou passivos atuariais da Seguradora. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar ao longo dos anos. A Seguradora usa todas as fontes de informação disponíveis (internas e externas) sobre experiências passadas e indicadores que possam influenciar nas tomadas de decisão da administração e dos atuários, para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros, para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido, em conformidade com as Condições Gerais/Regulamentos e Notas Técnicas Atuariais protocoladas/aprovadas na SUSEP.

Conseqüentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente, em datas futuras, para o pagamento das obrigações devidas, pois, quando provisionados, tais valores representam estimativas. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos sinistros judiciais, uma vez que experiências passadas e indicadores podem não refletir a realidade de decisões judiciais.

**(b) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas**

A Seguradora possui processos judiciais trabalhistas e fiscais em aberto, na data de preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com o CPCs. Conseqüentemente, o processo utilizado pela administração para contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a avaliação do departamento jurídico e dos consultores legais externos a partir de uma análise individualizada. Para os processos cíveis e trabalhistas classificados como perda remota ou razoavelmente possível, não é registrada provisão, esta é feita somente para os processos prováveis. Adicionalmente, a Seguradora utiliza seu melhor julgamento sobre esses casos, informações históricas de perdas onde existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição dessas provisões segundo o CPC 25.

**(c) Estimativas utilizadas para cálculo de impairment de ativos financeiros**

Conforme requerido pelo CPC, a Seguradora aplica as regras de análise de *impairment* para créditos individualmente significativos, bem como premissas para avaliação de *impairment* para grupos de ativos de riscos similares em uma base agrupada. Nessa área, a Seguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, incluindo prêmios a receber de segurados.

**4 Estrutura de gerenciamento de risco**

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente demanda regulatória por um ambiente focado em controles internos e pelo fato de possibilitar à administração o alinhamento da estratégia da Companhia com o seu apetite por risco. Por essa razão, o gerenciamento de riscos é utilizado no suporte às áreas internas para conhecimento dos seus processos, assim como para identificação e avaliação dos riscos.

Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos da Seguradora conta com a participação de toda a Companhia e está alinhado com as políticas internas da Kyoei do Brasil Companhia de Seguros.

**4.1 Descrição dos riscos nas operações**

O gerenciamento de riscos corporativos abrange as seguintes categorias de riscos: seguro, crédito, liquidez, mercado e capital.

**4.1.1 Gestão de risco de seguro**

O gerenciamento de risco de seguros é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro de vida, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, aos ativos que suportam esses contratos.

A Seguradora define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato em que haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e em que haja incerteza sobre a frequência e/ou o valor do benefício/indenização resultante dos eventos cobertos.

Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles em que a Seguradora possui a obrigação de pagar um benefício adicional significativo aos seus segurados. Estes são classificados por meio da comparação entre cenários em que o evento ocorra, afetando os seguradores de forma adversa, e cenários em que o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, seu risco é incerto e, conseqüentemente, está sujeito a oscilações.

Para um grupo de contratos de seguro em que a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que os sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e os benefícios pagos aos segurados são maiores do que o previamente estimado, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de

riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora usa estratégias de diversificação e pulverização de riscos, além de uma política de resseguro, que considera resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado.

**(a) Estratégia de subscrição**

De acordo com a estratégia operacional adotada a partir de abril de 2005, a Seguradora não comercializa mais novas apólices de seguros nos ramos em que atua. Se a Seguradora optar por retornar a comercializar, os manuais operacionais serão revistos com o objetivo de estabelecer uma estratégia de subscrição, de forma a garantir a qualidade dos serviços aos clientes e aos corretores, em nível nacional, conforme os parâmetros e prazos legais estabelecidos por Órgãos Reguladores do Mercado Segurador.

**(b) Estratégia de resseguro**

A estratégia de resseguro da Seguradora tem como principal finalidade a pulverização dos riscos por meio da cessão ou da transferência ao ressegurador de parte do capital segurado que exceda o limite de retenção da Seguradora.

O contrato de resseguro engloba os seguintes riscos: morte por qualquer causa, morte acidental, invalidez permanente e total por acidente e invalidez permanente e total por doença.

A Seguradora mantém estudos constantes para análise do valor do limite de retenção, com o objetivo de manter o equilíbrio entre o risco assumido e o transferido para o ressegurador.

**(c) Casamento de ativos e passivos (ALM)**

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente a capacidade de manter o balanceamento de ativos e passivos. O casamento de ativos e passivos é monitorado mensalmente.

**(d) Gerenciamento de risco por segmento de negócios**

A Seguradora opera exclusivamente com seguro de pessoas. O monitoramento da carteira realizado considera as seguintes ferramentas: (i) análises de sensibilidade; (ii) acompanhamento de sinistralidade; (iii) casamento de ativos e passivos.

**(e) Seguros de vida**

O seguro de vida é de natureza de longo prazo, e por esse motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimento, despesas, taxas de mortalidade e persistência em relação às políticas vigentes para cada unidade de negócios. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados ao seguro de vida incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa, longevidade e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do que o previsto. Isso porque alguns produtos pagam se a pessoa morre, outros produtos pagam quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo.

	Resultado dos testes de sensibilidade		Efeito no resultado		Efeito no patrimônio líquido	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
<b>Teste de sensibilidade</b>						
Aumento de juros em 1,5% ao ano .....	2.281	2.281	(1.101)	(1.101)	(1.101)	(1.101)
Redução de juros em 1,5% ao ano .....	4.784	4.784	1.402	1.402	1.402	1.402
Aumento de 10% ao ano na incidência de sinistro .....	3.544	3.544	162	162	162	162
Redução de 10% ao ano na incidência de sinistro .....	3.203	3.203	(180)	(180)	(180)	(180)

**(g) Limitações da análise de sensibilidade**

O quadro acima demonstra o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidades não são lineares, e impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocasião em que ocorra qualquer movimentação no mercado. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. A medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

**(h) Concentração de riscos**

A carteira da Seguradora é composta por seguros de pessoas individuais. Assim, concluiu-se que não se faz necessário analisar a concentração de riscos por região, mas sim por cobertura segurada. Nesse sentido, temos as seguintes concentrações definidas por tipo de evento, em que pode-se verificar claramente a concentração nos principais eventos relacionados aos ramos de atividade da Seguradora (morte e invalidez), e a pouca oscilação de concentração entre os períodos analisados.

Evento	Percentual do capital - bruto de resseguro	
	2016	2015
Morte qualquer causa.....	10,00	9,98
Capital segurado especial .....	0,37	0,54
Morte acidental.....	49,99	49,89
Invalidez por acidente .....	20,00	19,96
Invalidez por doença.....	19,64	19,63
	100,00	100,00
Evento	Percentual do capital - líquido de resseguro	
	2016	2015
Morte qualquer causa.....	11,53	11,16
Capital segurado especial .....	0,46	0,64
Morte acidental.....	45,26	46,08
Invalidez por acidente .....	21,52	21,19
Invalidez por doença.....	21,23	20,93
	100,00	100,00

**4.1.2 Gestão de riscos financeiros**

A Seguradora está exposta a riscos financeiros associados a sua carteira de aplicações. Para mitigar esses riscos é utilizada uma abordagem de gestão de ativos e passivos no tempo (*Asset Liability Management - ALM*), além de serem levados em consideração os requerimentos regulatórios e o ambiente econômico nos quais são conduzidos os negócios da Seguradora e investidos os ativos financeiros. Essa abordagem está alinhada com os requerimentos de análise exigidos pelos CPCs e com o conceito econômico de gestão de capital necessário para garantir a solvência e os recursos de caixa necessários à operação.

A gestão de riscos financeiros compreende as seguintes categorias:

- (a) risco de mercado, que é aquele associado à possibilidade de ocorrência de perdas que se deram por oscilações nos preços de mercado das posições mantidas em carteira;
- (b) risco de liquidez, que está relacionado a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras da Seguradora; e
- (c) risco de crédito, associado à possibilidade de descumprimento de um contrato nos termos em que tenha sido firmado entre as partes.

A política de gestão de riscos da Seguradora tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para evitar perdas decorrentes de oscilações de preços que venham a impactar os resultados de forma adversa. Seguindo essa política, a Seguradora busca diversificar as aplicações em vários mercados, visando garantir retornos de capital durante um período sustentável no lugar de concentrar exposições a fatores de riscos que possam destruir o valor dos negócios.

A Seguradora utiliza análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes consideram cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros. Seus resultados são utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora.

**4.1.2.1 Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros e de ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações para com a Seguradora. A administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, por meio do monitoramento e do cumprimento da política de risco de crédito para os

• Risco de comportamento do segurado, incluindo experiência de persistência. Taxas baixas de persistência podem fazer com que menos apólices/contratos de seguros permaneçam contratados (ativos/em vigor) para ajudar a cobrir despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio subscrito. A persistência baixa pode causar impacto em todos os tipos de produtos.

- O risco do seguro de vida coletivo resulta da exposição à mortalidade e morbidade e à exposição da experiência operacional pior do que foi prevista em relação a fatores como níveis de persistência e despesas de administração.
- Risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimento e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

- O seguro de acidentes inclui, entre outros, riscos de mortalidade, morbidade e taxa de juros resultantes dos contratos de seguro de acidentes.
- Além dos riscos específicos listados acima, todas essas linhas de negócio expõem a Seguradora a riscos de vencimento, resgate e despesas.

Determinados contratos de seguro de vida contêm garantias para as quais foram registradas obrigações referentes a benefícios adicionais e garantias mínimas.

Os riscos de seguro de vida individual são gerenciados da seguinte forma:

- Riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro.
- O risco de longevidade é cuidadosamente monitorado em relação aos dados mais recentes e às tendências do ambiente em que operam a Seguradora e as empresas ligadas a ela. A administração monitora a exposição ao risco de longevidade e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A administração utiliza estratégias de resseguro para reduzir os riscos da longevidade quando possível e desejável.
- O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência em comparação com as informações do mercado. A administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência, com o objetivo de monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar a retenção de apólices que possam prescrever.
- O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o acompanhamento frequente dos níveis de despesa.

- A provisão técnica de benefícios a conceder correspondente aos ramos do seguro de vida têm como objetivo registrar o valor atual das responsabilidades futuras, de acordo com premissas revistas nas apólices/contratos de seguros, e é calculada com base em métodos atuariais definidos em Notas Técnicas Atuariais (NTA) devidamente protocoladas/aprovadas na SUSEP.

**(f) Resultados do teste de sensibilidade**

Os resultados dos testes de sensibilidade realizados por esta Seguradora no teste de adequação de passivos estão apresentados abaixo. Para cada teste de sensibilidade, é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas uma única variável.

Conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, as variáveis estudadas foram: taxas de juros e mortalidade (frequência e severidade), já que a Seguradora não possui a opção de conversão em renda para avaliação de premissas para compor os testes de sensibilidades. Dessa forma, as duas variáveis mencionadas anteriormente são de natureza relevante.

Foram utilizadas pela administração da Seguradora nos testes de sensibilidade apenas as variáveis de alta relevância, que são: redução e aumento de 1,5% ao ano nas taxas de juros e redução e aumento de 10% ao ano nas incidências de mortalidade e de invalidez.

Segue tabela demonstrando os impactos no resultado e no patrimônio líquido considerando as seguintes alterações possíveis nas variáveis de risco relevantes na data do balanço:

	Resultado dos testes de sensibilidade		Efeito no resultado		Efeito no patrimônio líquido	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
<b>Teste de sensibilidade</b>						
Aumento de juros em 1,5% ao ano .....	2.281	2.281	(1.101)	(1.101)	(1.101)	(1.101)
Redução de juros em 1,5% ao ano .....	4.784	4.784	1.402	1.402	1.402	1.402
Aumento de 10% ao ano na incidência de sinistro .....	3.544	3.544	162	162	162	162
Redução de 10% ao ano na incidência de sinistro .....	3.203	3.203	(180)	(180)	(180)	(180)

ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares. Também é levada em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Quando determinadas contrapartes não possuem *rating* de crédito estabelecidos por agências de crédito reconhecidas no mercado, a administração utiliza o conhecimento e a experiência de mercado para classificar essa contraparte em sua grade de riscos. Entretanto, essas situações são amplamente discutidas e avaliadas antes da Seguradora adquirir certos ativos e há restrições sobre as áreas operacionais, para limitar a exposição ao risco de crédito em casos de ativos emitidos por contrapartes, e se essas contrapartes não possuírem *rating* de crédito.

A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros e ativos de resseguro detidos pela Seguradora distribuídos por *rating* de crédito fornecidos por agências renomadas de *rating*. Os ativos classificados na categoria "sem *rating*" compreendem substancialmente valores a serem recebidos de segurados que não possuem *ratings* de crédito individuais.

**Composição da carteira por classe e por categoria contábil**

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	AAA (Fitch - Escala Nacional)		Sem rating	Saldo contábil
Disponíveis para venda				2016
Ativos pós-fixados				
Públicos.....	26.025	-	-	26.025
Empréstimo e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa .....	-	120	120	120
Prêmios a receber de segurados..	-	1	1	1
Ativos de resseguro .....	-	2	2	2
Títulos e créditos a receber .....	-	185	185	185
<b>Exposição máxima ao risco de crédito .....</b>	<b>26.025</b>	<b>308</b>		<b>26.333</b>
				2015
Disponíveis para venda				
Ativos pós-fixados				
Públicos.....	24.175	-	-	24.175
Empréstimo e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa .....	-	217	217	217
Prêmios a receber de segurados..	-	1	1	1
Ativos de resseguro .....	-	2	2	2
Títulos e créditos a receber .....	-	423	423	423
<b>Exposição máxima ao risco de crédito .....</b>	<b>24.175</b>	<b>643</b>		<b>24.818</b>

A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida quando, em certas situações, a cobertura de sinistros pode ser cancelada (segundo regulamentação brasileira), se os pagamentos dos prêmios não forem efetuados na data de vencimento.

A política de emissão de apólices leva em conta todos os aspectos e políticas de qualidade na aceitação de risco de seguro e também uma análise criteriosa da qualidade de risco de crédito dos segurados (análise financeira) em que confirmamos o perfil de risco dos segurados.

**(a) Exposições ao crédito de seguro**

A Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradora local (IRB-Brasil Resseguros).

Essa exposição é monitorada regularmente contra a previsão que foi feita para a mesma até a sua conclusão, com relação a qualquer deficiência no histórico das indenizações, para verificar que o contrato está progredindo de acordo com o previsto e que nenhuma exposição adicional irá surgir.

O risco de crédito relacionado a prêmios a receber foi tratado na Nota 2.3(c).

**4.1.2.2 Risco de liquidez**

A gestão de risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações. São elaboradas análises diárias





Baseado no princípio constitucional da isonomia, a Companhia, juntamente com a Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A., questiona judicialmente a diferença entre a alíquota de 9%, prevista para as pessoas jurídicas em geral, e as de 20%, até 2018, e de 15%, a partir de 2019, previstas para instituições financeiras e seguradoras pela MP 675/15, convertida na Lei 13.169/15.

**(b) Créditos tributários**

Não foram constituídos créditos diferidos relativos aos prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social, ambos no valor total de R\$ 6.755, em virtude de não ter expectativa de realização e por não atender todas as condições estabelecidas pela SUSEP para registro dos referidos créditos.

**17. Patrimônio líquido**

**(a) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 221 (2015 – 221) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em 28 de janeiro de 2015, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram sobre o aumento de capital no montante de R\$ 1.100, mediante emissão total de 17 ações ordinárias. O referido ato societário foi aprovado pela SUSEP, através da Portaria SUSEP nº 155, de 17 de abril de 2015 e arquivado na JUCERJA sob nº2756470.

Em 22 de dezembro de 2015, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas deliberaram sobre o aumento de capital no montante de R\$ 300, mediante emissão total de 4 ações ordinárias. O referido ato societário foi aprovado pela SUSEP, através da Portaria SUSEP nº 1.325, de 21 de março de 2016 e arquivado na JUCERJA sob nº2885159.

**(b) Ações em tesouraria**

A Seguradora concentrou as participações acionárias de diversos acionistas, através da compra de 21 (vinte e uma) ações e manteve-as em tesouraria. A Seguradora não tem interesse em negociar essas ações e elas não têm valor de mercado disponível.

**(c) Ajustes com títulos e valores mobiliários**

Referem-se à avaliação dos títulos classificados como “Disponíveis para venda” (Nota 2.3), ajustada ao valor mercado, em conformidade com a Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores.

	2016	2015
Saldo inicial	(1.338)	(1.091)
Constituição (reversão) no fim do exercício		
Títulos de renda fixa	774	(247)
	<b>(564)</b>	<b>(1.338)</b>

**(d) Resultado por ação - básico e diluído**

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido do exercício aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

O resultado por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações em circulação no exercício. O cálculo do resultado por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	2016	2015
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(199)	572
<b>Denominador (número de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações em circulação	221	216
	<b>(900,45)</b>	<b>2.648,15</b>

A Seguradora não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do resultado por ação diluído, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41. Dessa forma, o resultado por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do resultado por ação básico demonstrado acima.

**18. Ramos de atuação da Seguradora**

Os principais ramos de atuação da Seguradora, prêmios ganhos, sinistros retidos, despesas com benefícios e resgates, e índices de sinistralidade estão assim demonstrados:

Ramo	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	Sinistralidade
Vida individual	(235)	50	-21%
	<b>(235)</b>	<b>50</b>	

Ramo	Prêmios ganhos	Sinistros ocorridos	2015 Sinistralidade
Vida individual	433	(331)	-76%
	<b>433</b>	<b>(331)</b>	

**19. Detalhamento de contas das demonstrações do resultado**

**(a) Sinistros ocorridos**

	2016	2015
Sinistros diretos	(33)	326
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(17)	5
	<b>(50)</b>	<b>331</b>

**(b) Outras receitas e despesas operacionais**

	2016	2015
Despesas com cobrança	(1)	(7)
Recuperação de processos administrativos	92	33
Consórcio DPVAT	–	(56)
Outras receitas e despesas operacionais (*)	(3)	(20)
	<b>(87)</b>	<b>(50)</b>

(\*) Referem-se, substancialmente, a despesas com movimentação de retrocessão.

**(c) Resultado de resseguro**

	2016	2015
Despesa com resseguro		
Indenização de sinistros	–	(138)
Prêmio de resseguro cedido - repasse	(36)	(29)
	<b>(36)</b>	<b>(167)</b>

**(d) Despesas administrativas**

	2016	2015
Pessoal próprio	(733)	(677)
Serviços de terceiros	(682)	(840)
Localização e funcionamento	(20)	(90)
Depreciação	(11)	(11)
Publicações	(163)	(226)
Donativos e contribuições	(23)	(38)
Outras despesas	(27)	(1)
	<b>(1.659)</b>	<b>(1.883)</b>

**(e) Despesas com tributos**

	2016	2015
COFINS	(118)	(158)
PIS	(19)	(26)
Fiscalização - SUSEP	(198)	(156)
Outras despesas com tributos	(22)	–
	<b>(357)</b>	<b>(340)</b>

**(f) Resultado financeiro**

	2016	2015
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos títulos de renda fixa - públicos	3.100	3.377
Outras receitas financeiras	27	8
	<b>3.127</b>	<b>3.385</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas com operações de seguro	(978)	(938)
Outras despesas financeiras	(74)	(9)
	<b>(1.052)</b>	<b>(947)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>2.075</b>	<b>2.438</b>

**20. Benefícios a empregados**

**(a) Outras obrigações pós-emprego**

A Seguradora não concede benefícios pós-emprego a seus empregados.

**(b) Participação nos lucros e bônus**

A Seguradora reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base no valor estabelecido pelo Sindicato dos Segurários. A diretoria executiva incluiu os diretores estatutários e sua remuneração paga ou a pagar em 2016 é R\$255 (2015 - R\$ 235).

**21. Remuneração do pessoal-chave da Administração**

A diretoria executiva incluiu os diretores estatutários e sua remuneração paga ou a pagar em 2016 é R\$255 (2015 - R\$ 235).

**22. Garantia das provisões técnicas de seguros**

As provisões técnicas estavam garantidas integralmente por Títulos de Renda Fixa - Públicos, vinculados à SUSEP:

	2016	2015
Total de ativos dados em garantia	26.025	24.175
Provisões técnicas - Seguros	(11.035)	(9.969)
<b>Excedente de ativos vinculados</b>	<b>14.990</b>	<b>14.206</b>

**(a) Liquidez do ativo em relação ao Capital de Risco**

A liquidez em relação ao Capital de Risco (CR) se dá quando a supervisionada apresentar montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do CR, deduzido deste o valor do superávit de fluxos de prêmios e contribuições não registrados apurados no TAP. Este valor do superávit está limitado ao efeito no CR da parcela de risco de mercado relativa aos fluxos de prêmios e contribuições não registradas.

	2016	2015
Ativos Líquidos - AL (1)	26.025	24.175
Ativos Não Líquidos - ANL (2)	–	–
Passivo a cobrir (3)	11.035	9.969
Ativos Líquidos em excesso à cobertura de Provisões - ALP (4) = mínimo [(1) ; (1) - ((3) - (2))]	14.990	14.206
Capital de Risco - CR (5) (Nota 4.1.2.4 (b))	330	149
Superávit de fluxos de prêmios não registrados no TAP (6) ...	–	–
Capital de Risco calculado com o CR Merc somente dos fluxos registrados (7)	240	–
Liquidez do ativo em relação ao Capital de Risco - CR	99,56%	99,79%
Mínimo exigido (*)	65,92	30

(\*) Até 30 de dezembro de 2016 a liquidez em relação ao CR correspondia a 20% do CR. Em 31 de dezembro de 2016, entrou em vigor a Resolução CNSP nº 343/16, onde o mínimo exigido passou a ser 20%\*((5) - mínimo(55%\*máximo(0;(6)); máximo(0;(5)-(7))))).

**23. Novas normas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

• IFRS 9 – “Instrumentos financeiros” - Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 10 de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

• IFRS 15 - “Receita de contratos com clientes” - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 10 de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - “Contratos de construção”, IAS 18 - “Receitas” e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018.

• IFRS 16 - “Operações de arrendamento mercantil” - Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de arrendamento mercantil” e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Presidente:** Fabio Lins de Castro  
**Vice-Presidente:** Luiz Fernando Nascimento Bertonecello  
**Conselheiro:** Antonio Paulo Teixeira Leão

**DIRETORIA:**

**Diretor-Presidente:**

Fabio Lins de Castro  
Marcelo Mancini Peixoto  
Wagner Stabile

**Diretores Vice-Presidentes:**

**Contadora:** Luciana de Fátima Silva Pinto  
CRC-RJ 087987/O-4

**Atuária:** Thereza Christina Moreno de Oliveira  
MIBA nº 780

**RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

O Comitê de Auditoria reuniu-se no dia 16 de fevereiro de 2017. Nesta sessão dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar os seguintes aspectos:

- a) Durante o segundo semestre de 2016, o Comitê reuniu-se com os principais executivos da Kyoei do Brasil Companhia de Seguros (doravante “Kyoei”), a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócio, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das operações.
- b) Os trabalhos realizados pela Auditoria Interna e os relatórios elaborados pela auditoria externa não apontaram falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas significativas.
- c) Foi realizado o acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, notadamente, mediante reuniões com os administradores, auditores externos para discussão das informações trimestrais e demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.
- d) O Comitê tomou conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos de auditoria interna, bem como realizou o acompanhamento das providências adotadas pela Administração.

O planejamento estratégico e tático da Auditoria Interna e a dos aspectos relativos à estrutura, recursos, desenvolvimento profissional, responsabilidades, independência, objetividade execução e conclusão dos trabalhos também foram analisados pelo Comitê de Auditoria.

e) O Comitê não identificou qualquer recomendação a ser comunicada à Presidência. O Comitê de Auditoria, portanto, tendo revisado os trabalhos realizados pela Auditoria Interna e balanços individuais e consolidados, as notas explicativas, os relatórios da administração e relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, verificou que estão alinhadas às práticas contábeis adotadas no Brasil, à legislação em vigor e às normas e instruções dos órgãos de controle e fiscalização.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2017.  
Lucio Antonio Marques  
Mauro Pagliaro Gonçalves  
Augusto Leopoldo Dias Carneiro

**RELATÓRIO DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Aos Acionistas e Administradores da Kyoei do Brasil Companhia de Seguros**

**Escopo da Auditoria**

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Kyoei do Brasil Companhia de Seguros (Sociedade) em 31 de dezembro de 2016, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

**Responsabilidade da Administração**

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Atuários Independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o

cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Kyoei do Brasil Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2016, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

**Outros Assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2017.  
PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.  
Rua do Russel 804  
Rio de Janeiro – RJ – Brasil 22210-907  
CNPJ 02.646.397/0004-61  
CIBA 105



Carlos Eduardo Silva Teixeira  
MIBA 729

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Aos Acionistas e Administradores da Kyoei do Brasil Companhia de Seguros**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Kyoei do Brasil Companhia de Seguros (“Seguradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Kyoei do Brasil Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privada - SUSEP.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.